MUNICIPIO DE
ALMADA

Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 146/XI-1º/2013-14

(Pelo Direito à Mobilidade, Defender as Empresas Públicas do Sector de Transportes)

EU, JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALMADA

Torno público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de mês de 2014 da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 26 de junho de 2014, a Assembleia Municipal aprovou a seguinte Moção/Deliberação:

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

O governo tem anunciado nos últimos meses um conjunto de medidas sobre o sector dos transportes, e em particular sobre os transportes públicos na Área Metropolitana de Lisboa, envolvendo a privatização de várias empresas entre as quais a Transtejo/Soflusa.

Trata-se de importantes empresas de transportes públicos do país, estratégicas para o funcionamento global do sistema de transportes na AML, cuja privatização levanta as maiores preocupações quanto aos direitos dos trabalhadores do sector, dos utentes e populações, ao acesso aos transportes públicos e à mobilidade na região.

EDITAL

Nº 146/XI-1º/2013-14

Com o lançamento pelo governo do processo de consulta pública aos privados sobre a privatização da Transtejo e da Soflusa, fica claro que está em marcha mais uma enorme operação de esbulho do património e finanças públicas desenhada à medida e desejo do grande capital. Foi dado mais um perigoso passo visando a criação de condições para entrega do estratégico sector dos transportes ao grande capital.

Entre os argumentos e justificações apresentadas pelo Governo para a opção de entrega aos privados destas empresas estão os que:

1. Decorrem do pacto de agressão ao povo português que os partidos da política de direita subscreveram com a Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional.

   O que este argumento deixa claro é que o que preside às decisões do Governo não é a resolução dos problemas com que o país se confronta mas sim a satisfação dos interesses do grande capital, entregando-lhe de bandeja um importante e estratégico sector da nossa economia.

2. Dizem querer promover a eficiência na prestação do serviço público de transporte de passageiros, permitindo reduzir os encargos do Estado na prestação deste serviço público e assegurar o cumprimento das obrigações de serviço público de acordo com

EDITAL

Nº 146/XI-1º/2013-14

elevados padrões de qualidade e segurança. Mas o que escondem é que este é o caminho para novas PPP (Parcerias Público Privadas).

Os utentes e as populações da Península de Setúbal bem conhecem os resultados destas privatizações, como foi o caso da Rodoviária Nacional ou da entrega à Fertagus da linha do sul: menos oferta de transporte e cada vez mais caro.

O Governo tomou este conjunto de decisões e medidas à margem e sem qualquer consulta ou audição às autarquias locais, em claro confronto com a Lei. As opiniões, alertas e críticas que as autarquias, designadamente a Assembleia Municipal de Almada, as comissões de utentes e ORT têm efetuado ao longo dos anos - nomeadamente sobre o Plano Estratégico de Transportes - foram, como a vida veio a demonstrar, corretas e justas.

Ao longo dos anos, as opções e medidas de sucessivos Governos caracterizam-se pela redução da oferta de serviço público. O resultado destas medidas vem evidenciar uma degradação profunda da qualidade do transporte público e uma quebra brutal da sua utilização. Entre 1991 e 2011 o transporte coletivo que pesava 51% do total das pessoas, na repartição destas pelos diferentes modos de transporte passou para 28%,

EDITAL

Nº 146/XI-1º/2013-14

em 2011, em contrapartida o transporte individual passou de 26% em1991 para 45% em 2011, ou seja foram empurrados para o transporte individual cerca de 19%.

Os frequentes cortes de carreiras e serviços, aumento dos tempos de espera entre ligações, aumentos brutais e incomportáveis de preços, limitações à utilização do passe social intermodal e tentativas para o extinguir, redução das velocidades de circulação, implicando a sobrelotação, são as principais razões que conduzem à perda de atratividade pelos transportes públicos.

Por outro lado, é também pela redução cega dos postos de trabalho que a estratégia do Governo se tem concretizado, com consequências profundamente negativas, quer na redução do número de carreiras, quer na qualidade e segurança desse serviço.

Esta mesma situação verificou-se precisamente na Transtejo, designadamente com a falta de Maquinistas Práticos, falta essa que não recentemente impediu que se garantisse a oferta total de carreiras.

A concretizarem-se as intenções do governo, o direito ao transporte e à mobilidade dos utentes e populações da região fica cada vez mais posto em causa.

É necessário e possível travar estas privatizações, em convergência entre trabalhadores e populações, com a ação do poder local democrático, em defesa do direito ao

EDITAL

Nº 146/XI-1º/2013-14

transporte público e à mobilidade, e assim, impedir a privatização das empresas públicas de transportes nomeadamente da Transtejo e Soflusa.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 26 e 27 de Junho 2014, delibera:

a) Manifestar a sua oposição à privatização/concessão a privados das empresas públicas de transportes da Área Metropolitana de Lisboa, designadamente da Transtejo/Soflusa, mantendo a sua propriedade e gestão no Sector Empresarial do Estado;

b) Exigir do Governo que todas as decisões sobre os transportes públicos na AML sejam construídas em consenso com as Autarquias Locais;

c) Exigir ao Governo que determine junto da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa que considere e respeite os pareceres elaborados pelas Autarquias Locais, quanto às alterações de horários e percursos, que impliquem cortes na oferta, pondo em causa o direito e a necessidade das populações à mobilidade.

MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 146/XI-1º/2013-14

POR SER VERDADE SE PUBLICA O PRESENTE «EDITAL» QUE VAI POR MIM ASSINADO E IRÁ SER AFIXADO NOS LUGARES DO ESTILO DESTE CONCELHO.

Almada, em 27 de junho de 2014

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA)